

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANA LOPES

**A INTERVENÇÃO DO PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL EM MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA**

MATINHOS

2018

LUCIANA LOPES

**A INTERVENÇÃO DO PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL EM MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Federal
do Paraná como requisito à obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Profa. Dra. Silvana Maria Escorsim

MATINHOS

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIANA LOPES

A INTERVENÇÃO DO PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná como requisito à obtenção do título de grau em Assistente Social, pela seguinte banca examinadora:

Matinhos, _____ de novembro de 2018

*Dedico esse trabalho de conclusão de curso ao meu marido Cristiano Pasciscenai,
ao meu filho Willian Lopes Pasciscenai e à minha irmã Ana Lucia Lopes Silveira,
pelo apoio e compreensão nessa fase de aprendizado.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a todos os amigos e familiares pelo carinho e incentivo.

Agradeço à assistente social do CREAS, Dra. Regina C. Lima Sartori, que orientou no estágio, facilitando esta etapa de estudo e aprendizado.

Agradeço também a todos os professores, pela dedicação e contribuição para meu crescimento e expansão do conhecimento.

Em especial, agradeço à minha orientadora Dra. Silvana Maria Escorsim por todo o apoio e paciência no desenvolvimento desse trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir do tema “atuação profissional do Assistente Social na situação de violência contra a mulher”. Logo, a metodologia foi a revisão sistemática, onde buscou-se subsídios teóricos para responder a problemática: Quais as intervenções profissionais dos Assistentes sociais junto às mulheres em situação de violência doméstica e familiar evidenciadas nos artigos científicos publicados em revistas da área nos últimos três anos? Nesse contexto, o objetivo geral foi analisar as intervenções profissionais dos Assistentes sociais junto às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Entre os resultados discutidos, apresentou-se que as intervenções, embora tenham caráter individual, possuem um norteamo coletivo, conforme as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas nos encaminhamentos de enfrentamento à violência visando que a vítima tenha seus direitos garantidos. Percebeu-se também, a importância das equipes multi e interdisciplinares no atendimento das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, além da articulação dos diferentes setores que compõem as chamadas redes de apoio à mulher, disponibilizados para o enfrentamento da violência.

Palavras-Chave: Violência doméstica. Serviço Social. Revisão Sistemática.

ABSTRACT

The present research was developed from the theme "Professional work of the Social Worker in the situation of violence against women". Therefore, the methodology was the bibliographical research, where it was sought theoretical subsidies to answer the problematic: What are the professional interventions of the social workers with the women in situation of domestic violence evidenced in the scientific articles published in magazines of the area in the last three years? In this context, the general objective was to analyze the professional interventions of social workers with women in situations of domestic violence. Among the results discussed, it was presented that the interventions, although they have an individual character, also have a collective orientation, according to the theoretical-methodological, technical-operative and ethical-political dimensions in the referral of violence, aiming at the victim's guaranteed rights. It was also noticed the importance of multi and interdisciplinary teams in the articulation of the different sectors that make up the so-called support networks for women, made available to face violence.

Keywords: Domestic violence. Social Service. Systematic Review.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RELAÇÃO DE ARTIGOS REFERENCIADOS	39
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

SPM-PR-	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
CFEMEA-	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
SPM	- Secretaria de Políticas para as Mulheres
SBPC	- Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência
DEAM	- Delegacias de Atendimento à Mulher
CEAS	- Centro de Estudos e Ação Social
ABEPSS-	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
CRMEB-	Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
AS	- Assistência Social
SP	- Segurança Pública
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social
NASF	- Núcleo de Apoio a Saúde da Família
CAM-DPESP-	Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 - A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL	14
1.1 HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS	14
1.2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DADOS REFERENTES À LEI MARIA DA PENHA	18
1.2.1 Lei do Femicídio	21
2 - SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: HISTÓRICO	24
2.1 O SERVIÇO SOCIAL E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ONTRA A MULHER	32
3 - A PESQUISA	36
3.1 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	36
3.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

A mulher ao longo da história, conforme as sociedades evoluíram, foi encontrando seu espaço no meio social buscando igualdade. Muitos avanços foram significativos nesse percurso, entretanto, há ainda uma parcela da população feminina que enfrenta problemas de desigualdade, opressão e violência. A desigualdade de gênero é estrutural, pois, vivemos em uma sociedade patriarcal.

Na sociedade contemporânea, a violência persiste, embora tenham desenvolvido políticas públicas para o seu enfrentamento, como também legislações e regulamentações para coibi-la, dentre elas, a Lei nº 11.340 "Lei Maria da Penha" (VELOSO, 2013).

Nessa perspectiva, o profissional de serviço social pode atuar com intervenções em prol do enfrentamento da questão da violência doméstica contra a mulher.

Assim, esse trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão sistemática sobre a violência contra a mulher na contemporaneidade, atendo-se na intervenção do profissional de Serviço Social e sua atuação dentro do contexto atual das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica contra a mulher e as inovações da "Lei Maria da Penha".

Em 2015 o disque 180 contabilizou em média 1 atendimento a cada 42 segundos, segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República (SPM-PR): "[...] somente em 2015, a Central de Atendimento à Mulher – realizou 749.024 atendimentos [...]. Desde 2005, são quase 5 milhões de atendimentos às mulheres vítimas de violência física" (SOARES, 2017, p. 14).

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo (07 Março 2016, BRASIL ESTADÃO), o Brasil registrou, nos dez primeiros meses de 2016, 63.090 denúncias de violências contra mulheres - o que corresponde a um relato a cada 7 minutos no País. Os dados são da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República (SPM-PR), a partir de balanço dos relatos recebidos pelo Ligue 180. Entre estes registros, quase metade (31.432 ou 49,82%) corresponde a denúncias de violência física e 58,55% foram relatos de violência contra mulheres negras (BRASIL ESTADÃO, 2016).

Num panorama geral, tem-se que mesmo com as alterações nas políticas públicas dirigidas às mulheres e com a legislação vigente, os dados do IBGE (2012) mostram numerosas denúncias:

Até o primeiro semestre de 2012, foram feitos 47.555 registros de atendimento na Central de Atendimento à Mulher. Durante todo o ano de 2011, foram 74.984 registros, bem inferior aos 108.491 de 2010. O tipo de registro que aparece em maior número é pra relatar violência física contra a mulher que pode variar de lesão corporal leve, grave ou gravíssima, tentativa de homicídio e homicídio consumado. Foram 63.838 em 2010, 45.953 em 2011 e 26.939 até julho de 2012 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE, 2012)¹

Assim, os dados são numerosos e a violência física é a de maior registro.

Compreender sobre a atuação profissional do Assistente Social na situação de violência doméstica contra a mulher, sempre foi uma curiosidade particular pra mim ao longo do curso. Nesse sentido, além de aprofundar os conhecimentos com relação a esse tema, considera-se esta uma questão de alta complexidade e relevância social e profissional, principalmente por se perceber uma persistência de situações de violência contra a mulher ao longo do tempo.

A violência contra a mulher, do ponto de vista histórico brasileiro, é herdeira de uma cultura com raízes em uma sociedade escravocrata, formada por meio de um modelo colonizador (MARCONDES FILHO, 2001).

Em agosto de 2006, foi aprovada a Lei 11.340, nomeada "Lei Maria da Penha" (GONÇALVES e LIMA, 2006). Essa lei criou estratégias para reprimir, justamente, a violência doméstica e familiar contra a mulher. Entretanto, no mesmo ano de sua promulgação, 291 mulheres foram mortas em Pernambuco e, em apenas cinco dias, foram registrados 13 flagrantes (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2007).

Nesse contexto, o Estado de Pernambuco apresentava as maiores taxas de assassinato no país (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2006). Entretanto, esse índice foi também crescendo em outros Estados, por exemplo, de 1998 a 1999, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA informou um aumento no índice desse crime em 13,5% (ELUF, 2003), entre outros dados históricos que pode se

¹ BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Teen. **Violência Contra a Mulher**, 2012. Disponível em: <<https://teen.ibge.gov.br/noticias-teen/2822-violencia-contra-mulher>>. Acesso em: 13 març. 2018.

encontrar em diferentes pesquisas, referindo-se aos índices da violência contra a mulher.

Logo, a pesquisa é importante na medida em que pode favorecer a melhor compreensão e qualificação da intervenção do assistente social para com esse segmento significativo da população brasileira, uma vez que, este é o profissional capacitado para atuar, orientar e discutir estratégias para o enfretamento, além de encaminhar as mulheres para onde possam receber atendimento e ter seus direitos garantidos.

Desse modo, “[...] os elevados índices da violência contra a mulher por agressão psicológica, lesão corporal ou homicídio e, ainda, as políticas públicas no combate a estas modalidades de crime sensibilizam e conduzem estudiosos a discutirem o tema” (SANTIAGO; COELHO, 2007, p. 3). Tudo isso, reflete numa tentativa de melhor compreender, causas, efeitos e formas de coibir e prevenir essa violência.

Justifica-se esse estudo por trazer uma questão relevante para o conhecimento acadêmico, pois as inovações e alterações ocorridas nos últimos anos na Lei Maria da Penha, como nas políticas públicas e nas Secretarias de Políticas para as Mulheres-SPM desencadearam novos apontamentos. Assim, a intervenção do assistente social precisa estar em conformidade com a lei nesse tipo de situação, entre outras singularidades que podem surgir ou influenciar no seu trabalho perante mulheres vítimas de qualquer forma de violência.

Diante disso, muitos questionamentos e indagações sobre o tema surgiram ao optar em pesquisa-lo. No entanto, o problema de pesquisa escolhido foi: Quais as intervenções profissionais dos Assistentes sociais junto às mulheres em situação de violência doméstica e familiar evidenciados nos artigos científicos publicados em revistas da área nos últimos três anos?

Com objetivo geral, teve-se em: analisar as intervenções profissionais dos Assistentes sociais junto às mulheres em situação de violência doméstica e familiar evidenciadas nos artigos científicos publicados em revistas da área nos últimos três anos em instituições de proteção social.

Enquanto os objetivos específicos são: descrever aspectos históricos da violência contra a mulher no Brasil; apontar particularidades da legislação e políticas públicas relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher; levantar, a partir de artigos científicos publicados nos últimos três anos, descrições das

intervenções profissionais dos Assistentes Sociais e por fim, analisar as intervenções profissionais sob as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa presentes nos artigos.

A metodologia que orientou o desenvolvimento dessa pesquisa foi a da pesquisa bibliográfica e da pesquisa qualitativa. Assim, foram incluídos 5 (cinco) artigos publicados em língua portuguesa, publicados nos últimos três anos e que apresentaram pesquisas em instituições de proteção social à mulheres vítimas de violência doméstica, como também, descreveram particularidades das intervenções profissionais dessa categoria.

Para uma melhor apresentação, esse trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo é explicada a violência como um produto histórico e sua percepção no mundo e no Brasil. O segundo capítulo traz particularidades do Serviço Social, desde suas origens, até a contemporaneidade, atendo-se na sua constituição como profissão, finalizando com a relação do serviço social e a violência contra a mulher. Por fim, no terceiro capítulo está a descrição dos pressupostos metodológicos da pesquisa bibliográfica, técnica de coleta e análise dos dados, juntamente aos resultados e discussões.

Ao final, estão as considerações finais e a lista das referências que deram base à pesquisa.

1- A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

A violência é um produto histórico, e não é uma, é múltipla (MINAYO, 2003, p 25). Nesse sentido, a violência varia de acordo com cada época histórica ou organização social, designando realidades diversas.

Dessa forma, esse primeiro capítulo parte de uma das raízes desse problema social, discutindo como a violência contra a mulher perpetuou-se no Brasil. Logo, relaciona-se com os aspectos históricos dos movimentos feministas.

1.1 HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

Neste item são explorados alguns aspectos históricos desde o século XX até a proporção que a violência contra a mulher obteve com a Lei Maria da Penha, Lei do Femicídio, entre outras legislações importantes.

Com base em Soares (1994), o conceito FEMINISMO: é ação política das mulheres, sujeitos de transformação de sua própria condição social.

Cisne (2015) faz um apanhado geral para uma compreensão do que significou o movimento feminista na história de luta das mulheres. Segundo ela, o feminismo vai compor três divisões chamadas de correntes feministas que são: feminismo radical, socialista e liberal. Assim, o feminismo radical era centrado na igualdade entre homens e mulheres em todos os espaços; enquanto o feminismo socialista teve como base a percepção que a mulher deve ocupar cargos na política para que se tenha igualdade na correlação entre gêneros; por fim, o feminismo liberal, tem como objetivo, mostrar que as mulheres são capazes de mostrar seus potenciais por meio de suas atitudes e ações, lutando pela igualdade e conquistando espaços no meio público e privado.

Historicamente, quando as mulheres ultrapassaram os papéis sociais que lhes eram determinados, o poder patriarcal direta ou indiretamente, foi contestado ou ameaçado. Consequentemente surgiram situações de violência física ou psicológica contra mulheres (VELOSO, 2013).

O campo de estudos de gênero consolidou-se no Brasil no final dos anos de 1970, quando os movimentos feministas fortaleciam-se no país. Tal fortalecimento se dava devido à resistência sobre verdades estabelecidas nas relações de produção e reprodução das relações sociais entre homens e mulheres, ou seja, a

intenção de desassociar a mulher ao papel da maternidade, da beleza, da delicadeza, etc (HIRATA, 2001).

Portanto, o propósito dessa luta/movimento era evidenciar que a mulher não só podia, como também deveria ocupar outros espaços na sociedade, pois, capacidade e inteligência para tal ela sempre teve (VELOSO, 2013).

Essa ideia é defendida até hoje, e há um tempo percebe-se a tentativa de desconstrução da ideia de que a mulher nasceu apenas para procriar e cuidar do lar.

Esse contexto relaciona-se com a violência contra a mulher, conforme pode se observar na citação:

A violência de gênero emerge de relações estruturalmente desniveladas, assimétricas entre homens e mulheres, que adquiriram variadas formas ao longo da história, fixando papéis, status, lugares e poderes desiguais na família, no trabalho, na política, etc. (VELOSO, 2013, p. 18).

Assim, essa questão do desnivelamento na relação entre homens e mulheres, é um fator presente não somente na família, mas por toda a sociedade em suas diferentes áreas ao longo da história, permanecendo inclusive, até a contemporaneidade.

Como explica Hirata (2001), com o advento da I e II Guerras Mundiais, 1914-1918 e 1939-1945, respectivamente, a inserção da mulher no interior das fábricas se intensificou, e com os homens indo para as frentes de batalha muitas mulheres se viram obrigadas a assumir o sustento da família, ocupando os lugares dos homens nos negócios familiares e nas fábricas.

Entretanto, após as guerras, muitas se recusaram a retornar para os seus papéis impostos pela sociedade. Essa recusa foi perpetuando-se e constituindo-se como luta ou entrave (SILVA, 2010).

Ferreira (2001) destaca que a “emancipação” da mulher significava tornar-se independente e desfrutar dos direitos civis, ideias que são encontradas no posicionamento de Betto (2001) quando afirma que,

[...] emancipar-se é equiparar-se em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Libertar-se é querer ir mais adiante, [...] realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como indivíduo autônomo, independente [...] (BETTO, 2001, p. 20).

Observa-se desde esses aspectos históricos, a procura pela visibilidade da mulher como indivíduo com direitos iguais aos dos homens.

Assim, as tendências do movimento feminista tiveram início no final do século XIX e se estenderam pelas três primeiras décadas do século XX. O movimento sufragista, que teve à frente Bertha Lutz, foi o foco da primeira tendência, que se refletia em um feminismo "bem comportado" e sinalizava o caráter conservador, pois, nesse período ainda não era questionada a opressão da mulher (ALVES e ALVES, 2013).

Segundo Alves e Alves (2013), em sua segunda tendência, o feminismo era "mal/comportado", e reunia mulheres intelectuais, anarquistas e líderes operárias, defendia o direito à educação, abordando temas como a dominação masculina, a sexualidade e o divórcio. Todavia, a terceira vertente era "o menos comportado dos feminismos", representada juntamente com o movimento anarquista e com o Partido Comunista, uma presença mais radical e intensa nas lutas pelos direitos.

Em 1949, Simone de Beauvoir publicou a obra "O Segundo Sexo", na qual a autora abordava as raízes da opressão feminina e analisava o desenvolvimento psicológico da mulher, bem como as condições sociais que interferiam neste desenvolvimento (ALVES e ALVES, 2013, p. 115).

Alves e Alves (2013) descrevem em seguida sobre o ano de 1963, quando Betty Fridman lança a mística feminina, a qual retoma as ideias de Beauvoir e delata a opressão contra a mulher na sociedade industrial. Assim, através dessas promissoras ideias, o feminismo se expandiu pelo mundo e deu início a um período de movimentos sociais feministas.

Logo, o tradicionalismo sobre a mulher, perdeu suas forças para um novo pensamento feminino, que passou a ganhar a adesão das pessoas.

Outro fato importante que se relaciona a mudança de pensamento e comportamento da mulher aconteceu nos primeiros anos da década de 60, quando foi lançada a pílula anticoncepcional, num contexto em que o movimento feminista no mundo foi se configurando como uma luta não só por espaço político e social, mas como uma luta por uma nova forma de relacionamento entre homem e mulher (Ibdem, 2013).

Alvarez (1988), fala de Brasil especificamente, salientando que muitas mulheres participaram ativamente da luta contra a ditadura militar. Assim, o primeiro grupo de mulheres feministas, depois de Simone Beauvoir, surgiu em São Paulo, no

ano de 1972. Embora, de maneira mais branda, aos poucos os temas relacionados ao feminismo passaram a fazer parte dos eventos e fóruns nacionais, como ocorreu na reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, no ano de 1975.

Uma vez que, as conquistas sociais no Brasil têm um passado recente devido ao processo de redemocratização pós-ditadura militar, onde as mulheres tiveram um protagonismo importante não só pelas lutas, como pela democracia em si. Isso pode ser observado nos encontros e acontecimentos decorrentes desse período pós-ditadura militar.

Ainda em 1975, aconteceram mais dois encontros, nos quais surgiram debates sobre as causas do movimento feminista, foram eles:

[...] o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, realizado em São Paulo e o da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, o qual deu origem ao Centro da Mulher Brasileira. O movimento feminista foi ganhando mais espaço na sociedade e em dado momento, reuniram-se mais de três mil mulheres nos Congressos da Mulher Paulista. O I Primeiro Encontro Nacional Feminista ocorreu em Fortaleza-Ceará (ALVES e ALVES, 2013, p. 115).

Portanto, na década de 1970, o movimento ganhou expressividade por meio dos debates públicos sobre o papel da mulher na sociedade. Além disso, o feminismo aproximava-se da esquerda e dos conceitos marxistas, esforçando-se para ganhar legitimidade.

Por sua vez, na década seguinte, década de 1980, com o Brasil redemocratizado, o movimento ganhou força, unindo-se com outros movimentos sociais, tais como: o movimento contra o racismo, fortemente influenciado pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Esse foi um momento muito importante para o movimento feminista, pois, até então, era voltado para a classe média, e nesse momento conseguiu adesão das camadas populares.

Em 1984, foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher, que resultou na inclusão dos direitos da mulher na Carta Constitucional (ALVES e ALVES, 2013),.

Somente na década de 1990 que a violência doméstica contra a mulher recebe o olhar principal na luta do movimento feminista, onde posteriormente em 2006 foi apoiado com a criação da Lei Maria da Penha. Neste momento, “questões como sexualidade, corpo da mulher e a saúde, antes ditas apenas de esfera privada,

passam a ser discutidas publicamente pelo movimento feminista, surgindo uma linguagem inovadora e feminina” (Idem ibidem, 2013, p. 117).

Enfim, essa reflexão inicial permite apreender que desde os seus passos “mais comportados” aos “menos comportados e radicais”, o movimento feminista obteve muitas conquistas ao longo da história, principalmente em relação ao mercado de trabalho, à sexualidade e na luta contra a violência doméstica.

Em sequência, no próximo item são explorados dados pertinentes à Lei Maria da Penha e particularidades relacionadas à violência contra a mulher a partir dessa legislação.

1.2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DADOS REFERENTES À LEI MARIA DA PENHA

Inicialmente, não se pode negar que a Lei (nº 11.340/2006) conhecida por Lei Maria da Penha, foi uma conquista de direitos das mulheres, como também do Movimento Feminista. Resultado de uma luta historicamente travada contra a desigualdade de gênero e, sobretudo, uma conquista das mulheres brasileiras contra a violência doméstica.

Segundo Rodrigues (2015, p. 59), “esta Lei obriga o Estado e a sociedade a proteger as mulheres contra esse tipo de violência durante toda a sua vida – não importa idade, classe social, cor/raça, lugar onde mora, religião e orientação sexual”. Afinal, todas têm direito a uma vida sem violência e à proteção da Lei Maria da Penha.

Dessa forma, a violência doméstica no Brasil passou a ser reconhecida internacionalmente, com a promulgação da referida lei e em decorrência do caso da farmacêutica de 38 anos, nascida no Ceará e mãe de três meninas, que em maio de 1983 foi vítima de tentativa de homicídio realizada pelo seu então marido o professor universitário Marco Antônio Heredia Viveiros. Enquanto Maria da Penha dormia levou um tiro, que a deixou paraplégica (ARAUJO e TEIXEIRA, 2017).

Explica Barros (2006, p.311-318) que, em razão da gravidade dos ferimentos, Maria ficou internada até outubro de 1983 quando retornou para sua residência, onde passou terríveis momentos, sendo mantida em cárcere privado e sofrendo sessões de tortura. Duas semanas após sair do hospital, ainda em recuperação,

sofreu um segundo atentado contra sua vida, também cometido pelo seu marido que tentou eletrocutá-la.

Com base em Alves (2016) compreende-se que a Lei leva seu nome, pois apesar de ser uma das muitas mulheres que sofreram abusos e violências domésticas no país, Maria da Penha lutou por 20 (vinte) anos para que seu agressor fosse punido.

Assim, a Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, foi motivada e elaborada pela constante ocorrência da violência doméstica contra a mulher (PARODI & GAMA, 2009), incide em meio à violência contra mulher e a violência de gênero.

Destaca-se que a Lei foi criada para modificar uma terrível realidade: “em 10 anos (1998 a 2008), dez mulheres assassinadas por dia, 40% dentro de casa” (Idem, 2015).

A Lei Maria da Penha veio com o principal objetivo de garantir direitos fundamentais a todas as mulheres, prevenindo e eliminando todas as formas de violência contra a mulher, incluindo ainda a punição dos agressores, proteção e assistência às mulheres em situação de violência doméstica.

A referida Lei prescreve:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (Artigo 2º, Lei Maria da Penha nº 11.340/2006) (BRASIL, 2006, p. 7).

Dessa forma, a Lei Maria da Penha somou as conquistas alcançadas pelas mulheres ao longo do processo histórico e fez com que a categoria despertasse para lutar por políticas públicas que atendessem suas necessidades básicas, sendo encorajadas a participarem de movimentos de luta contra a violência, garantindo conquistas e efetivação dos seus direitos.

Compreende-se que a relevância da existência dessa lei, deve-se à efetivação da punição aos agressores, além da criação de medidas protetivas a fim de garantir a integridade física e psicológica da vítima.

Veloso (2013, p. 23) destaca os avanços impulsionados com a Lei Maria da Penha, no combate à violência contra a mulher e faz comentários explicando e contextualizando tais avanços:

- A criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, com competência cível e criminal para abranger todas as questões. Neste caso, foi retirada dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95) a competência para julgar crimes de violência doméstica e familiar. O Juizado Especial Cível tem competência para atuar em casos de conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade. Isso mostra maior importância dada a este tipo de fenômeno, na medida em que cria um espaço exclusivo para tratar desse tipo de violência. Além disso, foi alterado também o Código de Processo Penal que possibilita ao juiz decretar prisão preventiva quando houver riscos à integridade psicológica e física da mulher. Altera ainda a Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/84), que possibilita que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação.
- A inovação na rede de medidas protetivas para as vítimas de violência, como a criação das Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM), que visam um atendimento mais qualificado para as mulheres vítimas de violência. Assim como a constante capacitação dos profissionais que atuam com esse público alvo. E também a concessão no prazo de 48h, por parte do juiz, para medidas protetivas de urgência, tais como: a suspensão do porte de armas do agressor, o afastamento do agressor do lar, o distanciamento da vítima, dentre outras, dependendo da situação. Tais medidas podem ser pedidas pela própria vítima junto às delegacias especializadas ou em delegacias comuns.
- A definição de diretrizes das políticas públicas e ações integradas para a prevenção e erradicação da violência doméstica contra as mulheres. Com isso, pretende abranger ações integradas entre o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública em conjunto com as áreas de segurança pública, habitação, saúde, educação e assistência social.

Nesse sentido, o que Veloso (2013) destaca são avanços trazidos pela Lei Maria da Penha, entre outros: possibilidade de decretar prisão preventiva; do comparecimento do agressor a programas de recuperação; e constante capacitação dos profissionais.

Essa atenção especial pode ser melhor compreendida, quando a Lei Maria da Penha, juntamente às políticas públicas, passaram a promover pesquisas e estudos que visassem explicar e identificar as causas, consequências e a frequência da violência doméstica, incluindo no estudo as diferenciações entre gênero e etnia. Destaca-se também a promoção e realização de campanhas educativas direcionadas ao público escolar e a sociedade como um todo, entre outras estratégias para prevenir a violência doméstica e familiar (VELOSO, 2013).

Em outras palavras, após a promulgação da Lei Maria da Penha, o Estado reconheceu a necessidade da obrigação de proteger a mulher contra todo e qualquer tipo de agressão, definindo estratégias para a prevenção, punição e erradicação da violência, através de legislações, mas também de amplas campanhas educativas, assim como estudos continuados sobre essa temática.

Nessa linha de pensamento, acrescenta-se a Lei do Feminicídio, Lei nº 13.104, de 09/03/2015, que alterou o art. 121 do Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, alterando também o art. 1º da Lei de Crimes Hediondos, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos². Assim o feminicídio foi tipificado no Código Penal Brasileiro.

No próximo item é melhor especificado sobre as atribuições da Lei do Feminicídio.

1.2.1 Lei do Feminicídio

Com a entrada da Lei do Feminicídio, foi incluído no Código Penal entre os tipos de homicídio qualificado o feminicídio, definido como o assassinato de mulheres por razões da condição de sexo feminino, quando o crime envolve violência doméstica e familiar, ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher. O crime foi, assim adicionado ao rol dos crimes hediondos, tal qual, estupro, genocídio e latrocínio. A pena prevista para o homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos (SOUZA e ANDRADE, 2016).

O conceito de feminicídio foi utilizado pela primeira vez por Diana Russel em 1976, diante do Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, que aconteceu em Bruxelas, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, definindo-o como uma forma de terrorismo sexual ou genocídio de mulheres (FERNANDEZ, 2012).

Logo, o conceito a ser especificado:

Feminicídio é o assassinato de mulheres em razão da condição de ser mulher, ou seja, de gênero decorrente da violência contra a mulher e principalmente das mazelas do patriarcado enraizado na sociedade desde o período colonial até a contemporaneidade, só diferencia a conjuntura de períodos, mas o poder patriarcal ainda permanece em diversos lares [...] o controle sobre as mulheres do patriarcado se desdobra ainda no medo a ele associado. Ou seja, a dinâmica entre controle e medo, rege o patriarcado (SAFFIOTI, 2004, p. 46).

² BRASIL. **Lei do Feminicídio**, Lei 13.104/15. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 08 ago. 2018.

Assim, o termo “patriarcado” etimologia “a regra do pai” deve ser entendido como uma expressão cultural, histórica de organização social, onde o poder do homem sobre a mulher ou ainda, uma organização social que beneficia o homem em detrimento da mulher.

Nesse contexto, conforme contextualizam Souza e Andrade (2016), o feminicídio surgiu em uma sociedade enraizada ao conservadorismo, ao machismo, patriarcalismo (sistema estruturalmente patriarcal) e capitalismo.

Trata-se de uma lei recente, sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, a Lei 13.104/15 do Feminicídio veio com a intenção de punir o criminoso que comete o agravante crime hediondo contra a mulher, seja por sua condição de mulher menosprezo, discriminação como também da própria violência doméstica e familiar. Destaca-se que essa lei deu nova redação ao artigo 121 do Código Penal, classificando o Feminicídio por razões da condição de sexo feminino, taxando uma pena mais dura (reclusão, de doze a trinta anos) e classificando os condicionantes para tal crime como: quando envolve o crime de violência doméstica e familiar bem como menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A pena ainda pode ser aumentada se a vítima estiver em outras condições de vulnerabilidade, entre elas: gestante ou ser criança ou adolescente (SOUZA e ANDRADE, 2016).

Compreende-se que se prescreve como crime de feminicídio, quando acontece nessas condições de vulnerabilidade ou em espaços que a deixem nessa situação, uma vez que, na maioria das vezes a vítima tem contato/vínculo afetivo ou familiar, dentre outros com o agressor.

Meneghel e Portella (2017) discutem em sua tese os conceitos, os tipos e os cenários de feminicídios, além de propostas de prevenção. Entretanto, a raiz de todo o problema da violência doméstica está culturalmente associada ao patriarcalismo, ou seja, nesse sistema hierárquico de poder entre homens e mulheres e um dos principais determinantes destas mortes, ou ainda, esta estrutura sobre as quais se assentam as sociedades contemporâneas, caracterizadas por uma autoridade imposta institucionalmente.

Outra questão importante aconteceu em 2016:

Em 2016, é publicado o documento “Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres”, uma adaptação do Modelo de Protocolo latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero. As Diretrizes visam colaborar para o aprimoramento da investigação policial, do

processo judicial e do julgamento das mortes violentas de mulheres de modo a evidenciar as razões de gênero na ocorrência dessas mortes. Adotar esta perspectiva é fundamental para que o Estado consiga agir de modo mais eficiente para prevenir e punir os feminicídios (MENEGHEL e PORTELLA, 2017, p. 3083).

Afinal, a Lei do feminicídio veio a complementar a parte criminal entre outras peculiaridades da Lei Maria da Penha, como o Código Penal quanto aos crimes contra mulheres, promulgando e prescrevendo sobre essa conduta e como coibi-la. Tanto, que o crime de feminicídio foi sancionado através da Lei, e passou a considerar a questão de gênero como circunstância qualificadora do homicídio. Portanto, compreende-se que o assassinato de uma mulher cometido por razões de gênero, quando o crime envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher deve ser considerado feminicídio.

Em sequência, tem-se o segundo capítulo dessa monografia, que traz o histórico do Serviço Social no Brasil, particularidades quanto a esse profissional, atendo-se por fim no atendimento desse profissional em situações de violência doméstica contra a mulher.

2- SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: HISTÓRICO

Inicialmente é fundamental compreender como se constituiu a área do profissional de Serviço Social no Brasil, para então discutir sobre a sua intervenção e atendimento em situações de violência doméstica contra a mulher.

“O Serviço Social é uma profissão interventiva, que começou a ser cunhada como ferramenta de mediação entre os antagonismos sociais na fase de consolidação do capitalismo monopolista, designada também de imperialismo” (FEDERICI, 2017, p. 2).

Nesse contexto, a institucionalização do serviço social no Brasil não pode ser vista como um fato natural ou isolado, mas como resultado de um processo, que refletiu as condições sócio históricas, conforme aponta Iamamoto (2011):

[...] a gênese do Serviço Social no Brasil, enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho está relacionada ao contexto das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século XX, pois o debate acerca da “questão social”, que atravessa a sociedade nesse período, exige um posicionamento do Estado, das frações dominantes e da Igreja (IAMAMOTO, 2011, p. 36).

Dessa forma, o desenvolvimento econômico do capitalismo monopolista, as evidências das políticas como elemento estratégico dessa ordem juntamente ao poder do Estado somaram-se, legitimando o poder burguês versus as lutas de classes.

Esse período que atravessou as décadas de 1930-1940 é apontado por Santos e Silva (2016) como o período de institucionalização do serviço social, entretanto as mudanças já vinham ocorrendo desde 1920, quando a sociedade se deparou com as expressões da “questão social” e com necessidade de administrá-la.

Muitas dessas ações de mudança tinham relação com a Igreja ou instituições vinculadas a ela, vistas como uma reação católica às demandas do processo de desenvolvimento do capitalismo e também visando difundir a doutrina social da Igreja (CARDOSO, 2013).

Entre as estratégias surgiu o CEAS-Centro de Estudos e Ação Social, numa tentativa de profissionalização, orientando suas atividades para uma formação

técnica especializada. A essência dos trabalhos e estudos do CEAS são bem explicadas na seguinte citação:

[...] o trabalho de organização e preparação dos leigos se apoiava numa base social feminina de origem burguesa, respaldada por Assistentes Sociais belgas que ofereceram a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social (CASTRO, 2011, p. 102).

Assim, não foi diferente em outras cidades como Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, onde Instituições de organização e ensino, Cursos e Institutos Familiares, buscavam dar respostas à “questão social” e ao movimento operário e popular – no sentido de controlá-lo (SILVA; SILVA e SOUZA JUNIOR, 2017).

Logo, o serviço social nessa “fase inicial” é compreendido pelos autores Santos e Silva (2016); Silva; Silva e Souza Junior, (2017); Castro, (2011), mais doutrinário, moralizador e disciplinador dos movimentos e conflitos operários, do que científico, com bases teóricas e metodológicas. Possuía ainda em suas bases, um caráter “educativo” com viés de formação social, moral e intelectual das famílias.

Essa orientação doutrinadora acabou obscurecendo por um tempo os determinantes da questão social e retardando a construção de novos e diferentes rumos para a profissão.

Diante desse contexto, o Serviço Social tradicional ou a sua herança conservadora passou a partir do ano de 1940, por um processo de renovação. Os reflexos da renovação envolviam desenvolvimento urbano e desenvolvimento econômico com justiça social. Conforme se observa na citação:

No Brasil, os planos desenvolvimentistas não alcançaram os resultados esperados. O desejo do desenvolvimento econômico com justiça social não se concretizou e o que se pode observar é a forte presença de capital estrangeiro no país, entendida como necessária para o desenvolvimento nacional. [...] em verdade, ocorreu à construção de uma indústria no Brasil e não uma indústria do Brasil. O surgimento de uma economia urbano-industrial trouxe à tona a necessidade de entidades assistenciais para atender às demandas às lutas sociais (SANTOS e SILVA, 2016, p. 9).

Nesse sentido, a partir do crescimento global e do Brasil, a profissão foi repensada dentro de um caráter assistencialista em apoio à luta de classes, assim, iniciou-se o processo de amadurecimento profissional do serviço social.

Entretanto, essa renovação só aconteceu significativamente a partir de 1960, como explicita Ortiz (2010, p. 67), esse processo não está finalizado, “está em curso [...] um processo de construção de uma nova imagem para o Serviço Social brasileiro, iniciado em meados dos anos 60”.

Essa época é caracterizada como Reconceituação, impulsionada e difundida por meio da América Latina, proporcionou uma revisão crítica do Serviço Social no continente:

[...] a Reconceituação questionava o papel dos Assistentes Sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os reais interesses e necessidades da população [...]. Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, fundamentada no grande monopólio internacional. Ou seja, pode-se afirmar que a Reconceituação foi, indubitavelmente, um fenômeno organicamente vinculado à conjuntura da sua época marcada mundialmente por uma crise sem precedentes da ordem capitalista em sua fase monopólica (ORTIZ, 2010, p. 162).

Nota-se na citação que a incompatibilidade entre desenvolvimento e necessidades da população, juntamente à ineficácia das ideias democrático-liberais, não só oportunizaram, como também deram condições para essa Reconceituação.

Cabe destacar que no Brasil, em 1964 ocorreu uma ditadura militar, esse fato, segundo Cardoso (2013, p.129-130): “fez com que a influência da Reconceituação tivesse características distintas do restante da América Latina”, pois as possibilidades concretas de participação ativa dos brasileiros nesse processo foram minadas. Dessa forma, foram muitas as transformações sofridas pela sociedade brasileira com a instauração do regime militar.

Silva; Silva e Souza Junior (2016) explicam que nesse cenário instaurou-se um Estado “antinacional e antidemocrático”, que enfrentou a “questão social” não apenas com repressão, mas também com políticas sociais compensatórias. Conseqüentemente, esse ambiente promoveu profundas alterações também no âmbito do Serviço Social, que se viu diante de novas e complexas demandas.

Nessa etapa da constituição do Serviço Social como profissão, configurou-se uma perspectiva modernizadora, adequando o “antigo” Serviço Social conservador às exigências do momento histórico vivido pelo Brasil.

Nesse momento perpetuou-se uma tendência de agrupar novas bases técnicas e científicas ao fazer profissional, sem, no entanto, romper com as bases do surgimento da profissão (FORTI, 2013).

Complementando a respeito tem-se Cardoso (2013), que se baseia no pensamento de Netto (2010) e acrescenta que:

[...] a partir do pós-64 até meados da década de 1980, o fazer profissional apresentou três direções e/ou projetos profissionais. São elas: a perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo – ou fenomenológica – e a intenção de ruptura. A renovação do Serviço Social foi, portanto, fruto de um processo histórico que possibilitou o pluralismo no seio do Serviço Social, ao encontrarmos a diversidade no que diz respeito às maneiras de enfrentar a realidade social, de compreender a questão social e o próprio Serviço Social. Diversidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na profissão: do modo de pensar, fazer e escolher (CARDOSO, 2013, p. 135).

No pós-ditadura, a constituição da área profissional do assistente social foi ampliando-se e disseminando-se dentro de uma vertente crítica, pautada na ajuda psicossocial, em busca da “transformação/ajustamento” da subjetividade do sujeito.

De acordo com Netto (2010), essa vertente manteve-se em discussão até o início de 1980, quando a participação popular nos movimentos contrários ao regime militar massificou-se e os movimentos estudantil e sindical ganharam força.

Dessa forma, por meio de uma proposta alternativa ao projeto hegemônico capitalista, o Serviço Social, na sua vertente crítica, associou-se a grupos sociais e partidos políticos que partilhavam do mesmo desejo de transformação societária, adotando não somente uma dimensão teórico-metodológica, como também os pressupostos do marxismo, entre outras questões/ideais favoráveis à ideia de emancipação humana (FORTI, 2013).

Santos e Silva (2016), complementam fazendo uma discussão geral das alterações que o serviço social passou ao longo da evolução da sociedade e, sobretudo, ao longo da evolução do capitalismo no Brasil. Logo, o serviço social, dos seus 80 anos de profissão no país, trinta foram registrados conforme o amadurecimento do posicionamento crítico ao projeto capitalista da sociedade.

Todavia, as transformações implementadas em sequência pelo capital, trouxeram desafios constantes e cada vez mais complexos aos assistentes sociais, que precisaram a todo o momento criar estratégias de intervenção visando à

materialização da construção profissional histórica associada à emancipação da classe trabalhadora (SANTOS e SILVA, 2016).

Nesse contexto, procurando novas bases de legitimação para a ação profissional (através da aproximação com a tradição marxista e consequente ampliação da bagagem teórica) o Serviço Social passou a considerar as contradições do seu exercício profissional e se posicionou a serviço dos seus usuários. Por outro lado, as universidades com os cursos de Serviço Social, com pesquisa, extensão e estágio, foram se firmando, oportunizando um aparato teórico, ético e político para a profissão (CARDOSO, 2013).

Iamamoto (2011, p. 142) aponta que a práxis profissional perpassou por algumas dimensões, por exemplo, ao “[...] dirigir sua ação com uma finalidade específica, exigiu do assistente social um entendimento de sua dimensão política e interventiva”.

Portanto, para entender a prática profissional do assistente social e sua essência interventiva, é fundamental inseri-la no jogo das relações de classes sociais e dos mecanismos de poder econômico, político e cultural, sem perder de vista as particularidades de uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Forti e Guerra (2013), explicam sobre a caracterização do projeto ético-político profissional do assistente social que teve uma inspiração crítica iniciada na década de 1960 com o período de Reconceituação, que marcou um período crítico de rupturas ao tradicionalismo.

Logo, em 1979, durante o III Congresso Brasileiro de assistentes sociais, em São Paulo, legitimou-se esse processo de ruptura proclamando-se uma nova direção ética, teórica e prática. O referido congresso ficou conhecido como “Congresso da Virada”, pois representou um marco da renovação do serviço social brasileiro (FORTI e GUERRA, 2013).

Entre as mudanças desencadeadas por meio desse congresso, Guerra (2009, p. 56) destaca:

- a) a maior vinculação com a classe trabalhadora;
- b) laicização e ampliação da profissão;
- c) inserção acadêmica e científica da profissão;
- d) maior militância política contra a ditadura;
- e) a criação de uma proposta metodológica no campo do trabalho;

- f) amplo desenvolvimento organizativo das entidades como conselhos regionais e conselho Federal;
- g) mudanças no perfil profissional.

Percebe-se que as mudanças foram muito importantes na constituição do meio profissional, mudanças que são refletidas na prática metodológica da profissão na contemporaneidade.

Entretanto, o desenvolvimento do projeto profissional vinculado à classe trabalhadora em superação da ordem burguesa, só se deu na década de 1990, conforme explicou Guerra (2009), o que se deu após um significativo acúmulo teórico por parte da categoria nas bases de formação e atuação profissional.

Outra questão foi o redimensionamento do ensino nesse período que incluiu no meio acadêmico debates acerca do projeto ético-político do serviço social, também a inclusão de conteúdos que vislumbravam uma formação profissional com fundamentos para responder às demandas sociais existentes devido ao agravamento das expressões da “questão social” no interior da elevação capitalista (SANTOS e SILVA, 2016).

Na perspectiva da categoria profissional de Serviço Social, Netto (2010) foi um dos primeiros autores a escrever sobre o assunto. Em sua exposição, o autor demonstrou o projeto ético-político como “autoimagem” da profissão, resultado de uma construção coletiva, cuja materialização se deu por meio de componentes legais, técnicos e éticos direcionando assim o fazer profissional.

As diretrizes do fazer profissional começavam a se firmar e sua associação com o contexto da sociedade é que determinaram os desafios para o profissional do serviço social e estabeleceram as bases de suas relações com seus usuários:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2010, p.4).

Fica claro, portanto, a associação colocada pelo referido autor da citação, do projeto ético-político do Serviço Social como “autoimagem” da profissão.

Posteriormente, em 1993 o Código de Ética Profissional ampliou as bases e colocou princípios e valores defendendo o aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, bem como a socialização da participação e do acesso a bens e serviços (SANTOS e SILVA, 2016).

Os princípios elencados nesse período estavam intimamente ligados à Lei nº 8.662 de 1993 que regulamenta a profissão de assistente social e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/1996. Juntos, esses aparatos jurídicos deram a base legal para a constituição do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, afinal fundamentam tanto a formação quanto o trabalho profissional (SANTOS e SILVA, 2016).

O serviço social no século XXI é marcado por uma ampliação e internacionalização não somente de pesquisas científicas na área, como também, dos espaços sócio-ocupacionais de atuação, conforme explana Raichelis (2006):

[...] o limiar do século XXI revela um serviço social consolidado e amadurecido [...] Sob o impacto das atuais transformações societárias, os Assistentes Sociais enfrentam a exigência de novas competências teóricas e técnico-operativas, a participação em equipes interdisciplinares, o compartilhamento dos espaços públicos com novos interlocutores, o que desafia a capacidade analítica e propositiva dos profissionais (RAICHELIS, 2006, p. 11).

Nessa perspectiva, compreendem-se os caminhos que a institucionalização e evolução do serviço social até a contemporaneidade. Para essa discussão, limitou-se a incluir artigos que descrevessem a profissão na contemporaneidade, considerando-se os últimos três anos. Assim, os artigos encontrados em base de dados como Scielo, Simpósios e Congressos de Serviço Social e periódicos Serviço Social e Sociedade.

Moraes (2016) em seu artigo intitulado “O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional” assinala vários desafios para o serviço social crítico, chamando a atenção para o fato de que a profissão é impensável sem as instituições, trazendo a necessidade de se elaborar estudos a respeito do trabalho no âmbito das políticas sociais e, reatualizar o debate da análise institucional como uma técnica para o trabalho articulada à análise macrossocietária. Assim, o Serviço Social é fruto dos sujeitos que o constroem coletivamente.

Moraes (2016, p. 6) discute sobre o desafio profissional:

Assim, se temos o desafio profissional de estabelecer ações voltadas para o coletivo sob a ótica do controle e da ampliação de espaços para participação social, essas estratégias precisam associar-se a outras que objetivem ultrapassar as margens institucionais e profissionais e se articular à luta de classes e a movimentos sociais mais amplos, por meio de construções coletivas conscientes de sua força e com clareza em suas propostas políticas direcionadas à construção de uma nova ordem social, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero.

A citação apresenta que cada vez mais têm se ampliado os espaços de atuação do profissional de Serviço Social, entretanto, se trata de uma profissão permeada por relações de poder, que conseqüentemente dispõe de um caráter político, o que advém não apenas das interações pessoais do assistente social, mas dos condicionantes histórico-sociais dos contextos em que se insere e atua.

Pereira (2015) em seu artigo intitulado “As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: particularidades e unidade”, publicado no I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos, explica os fundamentos do trabalho do assistente social, na perspectiva das Diretrizes Curriculares da profissão de Serviço Social (ABEPSS, 1996) enquanto conformados pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Para Pereira (2015) as particularidades dessas dimensões, constituem em diferentes níveis de apreensão da realidade da profissão na contemporaneidade, entretanto, devem ser entendidas como indissociáveis entre si, formando uma unidade. Assim, o fortalecimento da articulação entre “essas dimensões se expressa na potencialidade das respostas profissionais competentes, de forma que o trabalho dos assistentes sociais estejam comprometidos com a materialização do Projeto Ético-Político da profissão” (PEREIRA, 2015, p. 1).

Após compreender as origens e construção das bases do serviço social brasileiro de suas origens à contemporaneidade, dá-se seqüência a esse estudo, no próximo item discute-se o serviço social e sua ótica para a problemática da violência contra a mulher.

2.1 O SERVIÇO SOCIAL E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

A aproximação entre a profissão de serviço social e a temática violência contra a mulher, se deu pela crescente demanda de atendimentos no cotidiano profissional, conforme explica Inácio (2015):

O debate sobre a categoria gênero nos cursos de graduação de Serviço Social assumiu relevância não apenas pelo fato de predominar a figura feminina, mas também por serem as mulheres uma das principais usuárias dos programas de proteção social no Brasil e em decorrência das demandas de atendimento às mulheres em situação de violência estar cada vez mais crescente no cotidiano profissional do (a) assistente social. Esse debate passou a ter uma maior visibilidade no Brasil e na profissão na década de setenta diante da efervescência do movimento feminista no Brasil articulado aos movimentos sociais. Entretanto, só mais recentemente, nos anos 1990 e 2000 o debate sobre as relações de gênero e a violência doméstica sofrida pelas mulheres enquanto expressão da questão social foi amplamente reconhecida e apropriada pela profissão a partir da revisão das diretrizes curriculares e diante do reconhecimento do Estado brasileiro ao aprovar uma Política Especial para Mulheres e ao criar uma Secretária Específica de Atenção à Mulher como resposta às demandas do movimento feminista e de mulheres no Brasil (INACIO, 2015, p. 4).

Não significa que a violência contra a mulher não existia antes desses debates, mas que ela ganhou uma proporção e visibilidade maior com os movimentos feministas, com as reflexões e percepções das problemáticas de gênero discutidas no meio acadêmico dos cursos de Serviço Social.

Firmando-se posteriormente com as diretrizes curriculares da profissão, entre outros avanços legais que atribuíram uma responsabilização Estatal para mulheres vítimas de violência.

Assim, a responsabilidade/função do Estado brasileiro como principal interventor nas questões de gênero tem requisitado desde o final dos anos 1980 a ampliação da atuação dos (as) trabalhadores (as) sociais no campo da proteção social no Brasil (CISNE, 2004, 41).

Inácio (2015) explica que a compreensão da questão de gênero, das teorias e discussões que a permeiam são muito importante e direcionam os rumos que as relações sociais, de poder e até políticas foram definidas ao longo da história. Por exemplo, os estudos de gênero estão vinculados às feministas que se empenharam para apontar a superioridade masculina ao longo da história como uma construção social vinculada ao patriarcalismo, apontado como um modelo milenar, que ultrapassa a sociedade capitalista.

Porém, a partir da construção da nova direção social na formação profissional e com base no contemporâneo projeto ético político do Serviço Social, observa-se um posicionamento em favor das classes trabalhadoras, também uma aproximação do debate sobre gênero, o que dá mais visibilidade à problemática da violência contra a mulher. Compreende-se que a violência é um fenômeno histórico que perpassa a humanidade desde os tempos mais remotos, e que se faz presente no cotidiano Brasileiro (CISNE, 2004, 41).

Considera-se a violência doméstica contra a mulher um reflexo das percepções de questões tidas como naturais, quando o assunto são as diferenças entre homens e mulheres, ou ainda, entender como natural a função da mulher ora como mãe, esposa, entre outras naturalizadas e disseminadas culturalmente como naturais.

Assim, Cisne (2004) alerta:

O conceito de gênero e de relações de gênero é utilizado no sentido de dar ênfase ao caráter social, cultural e relacional das distinções baseadas no sexo, visando superar o determinismo biológico, ressaltando sua dimensão histórica. Ou seja, visa a desmistificar papéis e qualidades construídas socialmente, mas “naturalmente” atribuídas às mulheres e aos homens, gestadores das desigualdades de gênero. Essa construção, sendo social e histórica, deve ser analisada dentro da dimensão econômica e cultural, uma vez que essas relações de gênero são determinadas relativamente a essas dimensões (CISNE, 2004, 56).

Enfim, é necessário entender que as políticas públicas demarcadas pelo gênero são em parte conquista e em parte concessão do Estado em resposta às problemáticas que ficaram mais evidentes e em conformidade com os movimentos de mulheres e feministas, tudo partindo da intenção de atenuar as diferenças existentes entre homens e mulheres.

Certamente o profissional do serviço social trabalha direta e indiretamente com diversas políticas. Segundo Behring e Boschetti (2011, p.36) é preciso analisar as políticas como “processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos” e não de modo unilateral e/ou tecnocrático que “limitam-se a discutir sua eficiência e eficácia na “resolução de problemas sociais”, sem questionar sua (im) possibilidade de assegurar justiça social e equidade no capitalismo” (ibidem, 2011, p.37).

Apropriar-se da dinâmica ampla de temas que emergem para a intervenção do assistente social, requer a visão ampla das lutas de classes, das relações de gênero e dos movimentos feministas, como também uma inter-relação entre esses temas.

Lisboa (2010) traz um pensamento interessante a respeito disso:

As teorias feministas e os estudos de gênero constituem-se em um aporte teórico metodológico significativo para o Serviço Social, uma vez que surgem para questionar todas as formas de dominação, expor novas áreas de conflitos sociais (extrapolando os conflitos de classe), que requerem formas próprias de análise das relações, da construção social da diferença sexual, da sexualidade, da reprodução, da discriminação no trabalho (LISBOA, 2010, p.68).

Como a citação mostra, as teorias feministas e conseqüentemente as discussões a respeito das relações de gênero, dão aporte teórico metodológico para as intervenções e trabalho do Serviço Social, sendo igualmente importantes nos atendimentos com mulheres vítimas de violência doméstica.

Inácio (2015, p. 8) complementa com o pensamento de que esse:

[...] arcabouço teórico-prático é capaz de transformar a realidade, assegurando que as mulheres tenham acesso e garantia de seus direitos sociais, civis e políticos; as assistentes sociais podem inserir nos seus pareceres questões ligadas à realidade das mulheres de um ponto de vista emancipatório.

Enfim, o delineamento teórico em que se constituiu a profissão do Serviço Social e o caráter que as intervenções tomaram no decorrer das evoluções e transformações sociais, históricas e econômicas, influenciaram nos aparatos legais, como também no projeto ético-político, diretrizes e código de ética do Serviço Social.

Entretanto, as intervenções acerca da violência contra a mulher requerem profissionais com formação teórica além desses documentos, pois a realidade contemporânea exige unificação e não dicotomia entre teoria e prática.

Como aponta Inácio (2015), os profissionais devem ser qualificados para atuar nos espaços de atenção e proteção social à mulher em situação de violência, como também, estimulados a atuar nessas áreas de atendimento e no enfrentamento das questões de desigualdades de gênero. Sobretudo, ter como base das suas intervenções a inter-relação que este fenômeno (violência contra a mulher) tem com a questão de gênero e que requer uma intervenção direta do (a) assistente

social com uma equipe multiprofissional na oferta de respostas às demandas que lhes são apresentadas no cotidiano institucional.

Cabe destacar essa questão da equipe multiprofissional na intervenção do assistente social às mulheres vítimas de violência doméstica, na medida em que esse fenômeno já é considerado uma questão de saúde pública, tendo em vista os reflexos negativos causados à saúde de suas vítimas.

Considera-se fundamental para a formação profissional, os debates das relações de gênero de uma maneira mais aprofundada, pois é nas instituições formadoras, que os futuros profissionais do Serviço Social, terão a percepção que esse debate (gênero versus violência contra a mulher) deve ser coerente com a realidade contemporânea, ultrapassar o estudo de documentos e aparatos legais.

Até porque, conforme os autores estudados nesse capítulo, Cisne (2004), Lisboa (2010), Inácio (2015), Federici (2017) elucidaram, essas discussões dão suporte teórico-metodológico para o atendimento das complexidades do fenômeno violência doméstica e oportunizam a prestação de serviço de proteção e enfrentamento da violência contra a mulher de maneira mais unificada, como também, uma busca de ampliação e fortalecimento das redes socioassistenciais/ programas de proteção social à mulher.

Em seguida é apresentada a metodologia que se seguiu para o desenvolvimento desse trabalho, com o resultado e discussões da coleta de dados.

3 – A PESQUISA

Para o desenvolvimento da monografia, foi seguida a metodologia da pesquisa qualitativa e da revisão sistemática.

Atendo-se à coleta e análise dos dados, optou-se pela pesquisa qualitativa, a qual segundo Minayo (2001) busca responder questões muito particulares, trabalhando com um universo de significados, valores e atitudes visando compreender a realidade estudada.

A pesquisa bibliográfica uma linha de pesquisa de revisão sistemática, segundo Lakatos e Marconi (2001) refere-se a:

[...] fontes secundárias e abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito (LAKATOS e Marconi, 2001, p. 183).

Assim, a bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver e interpretar questões importantes do assunto pesquisado, a partir de subsídios teóricos.

Com base em Gil (1989), a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual, conforme os objetivos da pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica representa o “armazenamento de dados de entrada para a revisão, processando-se mediante levantamento das publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo, seleção, leitura e fichamento das informações relevantes” (JANUS, 2004, p. 25).

3.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para proceder à coleta de dados, foram levantadas as revistas/periódicos, considerando-se as bases de dados Scielo, Revistas de Serviço Social e Pesquisa Científica-Social publicadas nos últimos três anos, encontradas na Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Litoral do Paraná ou via internet.

A análise de dados nessas revistas aconteceu pelo método de análise de conteúdo.

Existem muitas técnicas que podem ser utilizadas na execução de pesquisas diferenciadas, mas a análise de conteúdo consiste em um processo de apreensão de dados, usado em diferentes áreas do conhecimento: como administração, psicologia, ciência política, serviço social, educação, entre outras.

É importante compreender que qualquer técnica de análise de dados, significa uma metodologia de interpretação. Dessa forma, possui procedimentos peculiares, envolvendo a preparação dos dados para a análise, visto que esse processo “consiste em extrair sentido dos dados de texto ou imagem” (CRESWELL, 2007, p. 194).

A técnica análise de conteúdo pode ser usada tanto em questionários, entrevistas ou análise documental, afinal, vem se mostrando como uma das técnicas de análise de dados mais utilizada no campo da administração no Brasil, especialmente nas pesquisas qualitativas (DELLAGNELO & SILVA, 2005).

Para Minayo (2001, p. 74), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. Pois, constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções: verificação de questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos informados. Entretanto, essas funções podem ser complementares, com aplicação tanto em pesquisas qualitativas como quantitativas.

Segundo Minayo (2001), uma pesquisa passa por três fases: a) fase exploratória, na qual se amadurece o objeto de estudo e se delimita o problema de investigação; b) fase de coleta de dados, em que se recolhem informações que respondam ao problema; e c) fase de análise de dados, na qual se faz o tratamento, por inferências e interpretações, dos dados coletados.

Com relação à análise de conteúdo especificamente, Bardin (2011) complementa a respeito, indicando que a utilização da técnica análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Nesse contexto, os referidos autores (MINAYO (2001); BARDIN (2011)) abordam que essas fases são importantes na metodologia de pesquisa que se opta em fazer uma análise de conteúdo, logo, é fundamental seguir cada fase, tanto para

seleção e organização do material, como para a análise dos resultados e suas possíveis interpretações.

Assim, a pesquisa incluiu a estratégia de texto livre por meio das palavras chave: violência doméstica contra a mulher, intervenção do assistente social em mulheres vítimas de violência, serviço social e violência doméstica contra a mulher, Lei Maria da Penha.

O idioma considerado foi português. Para a seleção dos artigos foram lidos os resumos e as introduções, verificando se as informações preenchiam os critérios de inclusão: artigos que apresentavam descrições/análises de intervenções em instituições de proteção social à mulher vítima de violência doméstica; artigos publicados nos últimos três anos.

Assim, foram incluídos 5 (cinco) artigos que apresentaram pesquisas em instituições de proteção social à mulheres vítimas de violência doméstica, como também, descreveram particularidades das intervenções profissionais dessa categoria.

3.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para uma melhor apresentação da análise dos artigos escolhidos, tem-se a Tabela 1, que traz a descrição das informações cruciais elencadas para a análise de conteúdo dos dados pesquisados. Nesse sentido, são apresentados os autores, os títulos, objetivo do estudo, apanhado metodológico e resultados.

Os artigos foram: Gênero e violência contra a mulher: um estudo à luz das Assistentes Sociais que atuam em um Centro de Referência da Mulher, (INÁCIO, 2015); Desafios do atendimento à mulher em situação de violência no âmbito dos CREAS, (GROSSI et al, 2015); Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência (VIEIRA e HASSE, 2017); Apoio social à mulher em situação de violência conjugal, (PEREIRA-GOMES et al, 2015); A atuação do serviço social na defensoria Pública do Estado de São Paulo – Unidade Vila Mimosa no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica (SANTOS, 2016).

Destaca-se que a categoria de análise a ser evidenciada nos artigos, é a intervenção profissional nas suas dimensões teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

TABELA 1: RELAÇÃO DE ARTIGOS REFERENCIADOS

Autor (es)/ Ano	Título	Objetivo do Estudo	Apanhado metodológico	Resultados
INÁCIO, Elisângela (2015)	Gênero e violência contra a mulher: um estudo à luz das Assistentes Sociais que atuam em um Centro de Referência da Mulher	Analisar o debate sobre gênero ao longo da formação profissional e permanente dessas assistentes sociais, os principais fatores que demarcam a violência contra a mulher e a atuação das assistentes sociais junto a essa demanda.	Pesquisa social aplicada junto as assistentes sociais que atuam no Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”, em João Pessoa – PB.	O CRMEB é um espaço sociocupacional relevante onde os profissionais de Serviço Social dispõem de um campo muito rico de atuação e que se faz necessário contar com a intervenção profissional dessa categoria devido as demandas sociais reveladas a partir do fenômeno da violência contra a mulher, e pelo fato das assistentes sociais atuarem em consonância com um Código de Ética e um projeto profissional em defesa dos direitos sociais, da igualdade social e da justiça.
GROSSI, Patrícia Krieger et al (2015)	Desafios do atendimento à mulher em situação de violência no âmbito dos CREAS	Trazer alguns resultados parciais de estudo qualitativo, de natureza exploratória, sobre a experiência social de mulheres em situação de violência acerca do atendimento no âmbito dos CREAS de Porto Alegre.	Foram realizadas entrevistas e grupos focais com mulheres, profissionais e gestores de 9 CREAS, totalizando 52 sujeitos. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, de Bardin.	Os resultados apontam para a falta de capacitação dos profissionais no tema da violência contra a mulher e questões de gênero: a violência institucional experienciada pelas mulheres ao serem encaminhadas à rede de proteção da mulher; a judicialização da violência e as dificuldades de trabalhar com o agressor; e a necessidade da criação de espaços e estratégias para promoção da autonomia da mulher,

				no âmbito econômico e social, como uma possibilidade de intenção de ruptura com a violência
VIEIRA, Elisabeth M.; HASSE, Mariana (2017)	Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência	Objetivou-se conhecer como profissionais envolvidos com atenção às mulheres em situação de violência em uma rede intersetorial percebem os atendimentos que fazem.	Foram realizadas trinta entrevistas com profissionais de serviços dos setores de saúde, assistência social (AS), segurança pública (SP) e judiciário de uma cidade de porte médio do Estado de São Paulo, Brasil.	Há percepções fragmentadas e estereotipadas e necessidade de aprimorar a infraestrutura existente, preparar e amparar os profissionais para humanizar os atendimentos. Criar serviços específicos e investir em prevenção é fundamental, pois existe um descompasso entre intenção política de enfrentamento à violência e realidade estudada.
PEREIRA-GOMES, Nadirlene et al (2015).	Apoio social à mulher em situação de violência conjugal	Compreende r os significados atribuídos pelos profissionais de saúde, acerca do apoio social à mulher em situação de violência conjugal.	Foram entrevistados 52 profissionais de cinco unidades locais de saúde de um município de Santa Catarina, Brasil. Os dados foram processados com base na Teoria Fundamentada nos Dados.	Revela-se que as demandas se encontram relacionadas às ameaças dos companheiros e à dependência econômica, o que justifica os encaminhamentos intersetoriais e a inserção da mulher em programa de geração de renda e emprego. Diante a grande demanda e a prerrogativa de promoção à saúde defendida pela Atenção Primária à Saúde, urge a maior disponibilidade de assistente social no âmbito da Estratégia Saúde da Família. O

				apoio social às mulheres requer interesse político, no sentido de valorização da articulação do setor saúde com demais recursos disponibilizados para o enfrentamento da violência.
SANTOS, Camila V. A. (2016)	A atuação do serviço social na defensoria Pública do Estado de São Paulo – Unidade Vila Mimosa no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica	Compreender a relevância da atuação profissional nos atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica no Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Unidade Vila Mimosa (CAM-DPESP), o estudo analisa a percepção profissional nos atendimentos realizados, os aportes teórico-metodológicos adotados, as articulações promovidas junto às políticas públicas do município de Campinas/ e seus	Metodologicamente, a apreensão teórica usou como referência os conceitos de cultura e machismo e a atuação da Defensoria Pública e da Assistência Social, associadas à técnica de entrevista em profundidade com a profissional de serviço social do CAM-DPESP. Desta forma buscou-se apreender sobre os seguintes aspectos: atuação, intervenção, percepção, articulação, desafios e superação.	Entre os resultados alcançados destacam: Necessidade de identificar e trabalhar aspectos históricos e culturais desta violência, sendo estes fundamentais para a construção da identidade dos sujeitos. Diferentes meios de superação da violência doméstica: <ul style="list-style-type: none"> •Articulação com as políticas públicas •Rede de proteção à mulher possibilita maiores chances de romper com tal violação.

		desafios.		
--	--	-----------	--	--

FONTE: A AUTORA (2018).

Compreende-se através do quadro que a atuação dos assistentes sociais frente às mulheres vítimas de violência doméstica é desafiadora, complexa e melhor desenvolvida quando se inclui a articulação de uma equipe multiprofissional, como também a articulação de estratégias relacionadas a uma rede de proteção a mulher, conforme descreveu Santos (2016), a rede de apoio envolve: Disque denúncia 180, Centro de Referência da Assistência Social/Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Delegacias, Centro de referência da Mulher, Casas Abrigo, Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, Instituto médico legal, Serviços de saúde, Serviços de responsabilização e educação do agressor.

Nas intervenções o profissional de serviço social, tem à disposição essa rede de proteção, juntamente ao Código de Ética Profissional e pela Lei que regulamente a profissão, visando assim garantir o acesso das usuárias aos serviços disponibilizados.

Segundo lamamoto (2011, p. 9):

[...] o Serviço Social é uma profissão que, como todas as demais, envolve uma atividade especializada - que dispõe de particularidades na divisão social e técnica do trabalho coletivo - e requer fundamentos teórico-metodológicos, a eleição de uma perspectiva ética e a formação de habilidades densas de política. A perspectiva de análise da profissão, ora apresentada, contrapõe-se às concepções liberais e (neo)conservadoras do exercício profissional.

Nessa citação lamamoto (2011) reflete sobre as dimensões que direcionam o “fazer” da profissão, com técnicas e estratégias que combinam e articulam as dimensões teórica-metodológicas, técnico-operativas ou ético-políticas.

A primeira dimensão trata-se da capacidade de apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática, na ação profissional. Por sua vez, a segunda se relaciona aos objetivos e finalidades das ações do assistente social e os princípios e valores humano-genéricos que os guiam. Por fim, a terceira faz alusão à capacidade de o profissional articular meios e instrumentos para materializar os objetivos, com base nos valores concebidos (GUERRA, 2012).

A referida autora destaca ainda que “o Serviço Social é regulamentado como uma profissão liberal, dispondo de estatutos legais e éticos que atribuem uma

autonomia teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e à condução do exercício profissional” (IAMAMOTO, 2011, p. 21).

Portanto, o trabalho profissional de intervenção e enfrentamento da violência doméstica em mulheres, apresenta-se nos artigos estudados em conformidade com essas dimensões do serviço social contemporâneo.

Como pode se observar no artigo de Inácio (2015), onde é descrito sobre o trabalho das assistentes sociais no CRMEB- Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”, em Joao Pessoa – PB:

O trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais no CRMEB demonstra conhecimento e domínio sobre os elementos teóricos e técnico-operativos referenciados pelo compromisso político e ético condizente com as competências e habilidades profissionais dessa categoria. As demandas sociais compreendem desde o atendimento individualizado, o esclarecimento e a informação sobre direitos sociais, o direito de acesso e inclusão nos programas de transferência de renda como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, e outros benefícios eventuais como auxílio aluguel, cesta básica, vagas em creches próximo as suas residências, acesso a Casa Abrigo, os direitos previdenciários, etc. E, as demandas institucionais compreendem o atendimento de mulheres que estão e/ou já estiveram em situação de violência doméstica e/ou familiar, bem como, garantir o acesso à informação, a defesa e promoção dos direitos das mulheres e zelar pelo cumprimento de toda a legislação específica que assegura os direitos de igualdade das mulheres e homens, desde a Constituição Federal brasileira (1988), a Lei Maria da Penha, o direito ao abrigo, a segurança e a proteção social sobretudo relacionada aos assuntos que envolva a violência contra a mulher. E, promover palestras, campanhas, visitas em escolas e outras instituições, realizar o estudo social, realizar a visita domiciliar e desenvolver a orientação social.

Já no início da citação percebe-se as dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas no atendimento individualizado e na busca pela garantia dos direitos assegurados pelas legislações específicas, no caso das mulheres vítimas de violência doméstica.

A dimensão ético-política aparece na descrição, principalmente no fato das assistentes sociais atuarem em consonância com um Código de Ética e um projeto profissional vinculado a defesa dos direitos sociais, de promoção à igualdade social e à justiça.

Enfim, são as bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, que norteiam as ações e dão finalidade ao trabalho profissional do assistente social.

No artigo de Grossi et al (2015), percebe-se alguns desafios e dificuldades enfrentados nos CREAS para que o “fazer” ou o modo de proceder do assistente

social seja efetivado em todas as dimensões da profissão no atendimento à mulheres vítimas de violência doméstica:

Urge a necessidade de capacitação dos profissionais da Política de Assistência Social nas discussões de gênero e violência contra a mulher. No cotidiano profissional, a violência contra a mulher, muitas vezes, constitui uma demanda reprimida. Um dos desafios dos CREAS consiste na articulação com a rede intersetorial de proteção, para atuar na proposta de referência e contra referência como prevê a Política de Assistência Social.

Observa-se no estudo de Grossi et al (2015), que as dificuldades estão na dimensão teórico-metodológica, quanto as questões de violência de gênero, que repercute em outros fatores associados à proteção e enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, o que dificulta ainda outras questões para a proteção e intervenção, dentro das dimensões ético-políticas e técnico-operativas.

No caso da dimensão técnica-operacional essa dificuldade fica evidente na rede de apoio e na articulação dos diferentes setores que devem favorecer na intervenção do profissional e atendimento humanizado de assistência social.

Entretanto, Grossi et al (2015), apontaram pontos positivos também na prática profissional dos assistentes sociais, objetos de pesquisa, que atuam nos 9 CREAS de Porto Alegre. Dessa forma, descreveram o trabalho com as mulheres vítimas de violência doméstica, no qual está a percepção em alguns aspectos que correspondem às referidas dimensões:

Apesar desses entraves na busca de garantia dos direitos das mulheres, ao percorrerem a rede de serviços, são muitas as ações que impactam no modo de vida das usuárias dos CREAS de maneira significativa. É possível observar que as intervenções dos profissionais dos CREAS, ocorridas na oferta de atendimentos continuados, com a inserção em programas e benefícios, integram a mulher em espaços que promovem a reflexão, o empoderamento nas tomadas de decisões, além de visar à autonomia da mulher, principalmente pelo enfrentamento à dependência econômica do agressor. [...] a autonomia tem diversos significados, relacionados à autodeterminação, direito à liberdade, privacidade, escolha individual e livre vontade. Essencialmente, autonomia é a capacidade de pensar, decidir e agir, com base no livre pensamento e decisão independente.

Esses trabalhos desenvolvidos nos CREAS, segundo Grossi et al (2015), incluem atendimentos individualizados e coletivos, representando que apesar das dificuldades e entraves, as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política norteiam os profissionais dessas instituições.

A tentativa de seguir os procedimentos conforme as dimensões que norteiam a profissão existe, conforme identificaram na pesquisa, entretanto, os desafios e

outros fatores externos, acabam influenciando na efetivação ampla e humanitária do atendimento. Os principais desafios destacados foram:

A falta de recursos humanos e materiais, o trabalho excessivo, a dificuldade de capacitação em relação à temática de gênero e violência, a terceirização do quadro profissional, além da falta de investimento na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) são exemplos concretos, que fazem com que os (as) profissionais se deparem com uma realidade repleta de contradições, como evidencia a fala da Assistente Social de um dos CREAS, em relação à percepção dos (as) profissionais sobre a acolhida às situações de violência a mulher (GROSSI et al, 2015).

Assim, os desafios e entraves do cotidiano dos profissionais que atuam nos CREAS de Porto Alegre, refletem as necessidades da capacitação e melhorias, para que o trabalho de assistência social cumpra-se efetivamente conforme suas dimensões.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política “são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho” (ABEPSS, 1996, p.7).

Complementando, tem-se Vieira e Hasse (2017), que evidenciaram em seu estudo a percepções dos profissionais de uma rede intersetorial (rede de apoio às mulheres vítimas de violência) sobre o atendimento à mulheres em situação de violência doméstica, cujos resultados apontaram a fragmentação dos atendimentos, envolvendo os setores: saúde, assistência social, judiciário e segurança pública.

Cabe explorar especificamente a percepção dos assistentes sociais que participaram da pesquisa, sobre o atendimento e intervenção em mulheres vítimas de violência doméstica:

Já no serviço específico para mulheres, existe excepcionalmente um trabalho de busca ativa pelas mulheres em situação de violência. Para seu desenvolvimento, foi firmado um convênio com o setor de segurança pública, que repassa mensalmente o contato de mulheres atendidas pela polícia, que são contatadas e informadas pelo telefone sobre a existência e funcionamento do serviço e orientadas sobre seus direitos [...] os profissionais do setor possuem uma visão ampla da necessidade integral da mulher em ser assistida por diferentes serviços e setores, e da importância da intersectorialidade e articulação em rede. Por isso, realizam encaminhamentos responsáveis e procuram acompanhar o percurso das mulheres em busca de cuidado (VIEIRA e HASSE, 2017, p. 7).

Percebe-se a partir da descrição, que as dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas são as mais evidentes.

Dando continuidade, tem-se o artigo de Pereira-Gomes et al (2015), que buscaram compreender os significados atribuídos pelos profissionais de saúde, acerca do apoio social à mulher em situação de violência conjugal. Assim, os autores descrevem também a necessidade da articulação intersetorial no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher na medida em que os problemas de violência relacionam-se principalmente ao fator econômico, logo é fundamental:

[...] o encaminhamento intersetorial e a inserção da mulher em programa de geração de renda e emprego. [...] urge a maior disponibilidade de assistente social no âmbito da Estratégia Saúde da Família. O apoio social às mulheres requer interesse político, no sentido de valorização da articulação do setor saúde com demais recursos disponibilizados para o enfrentamento da violência (PEREIRA-GOMES et al 2015, p. 823).

O apoio social, portanto evidenciado pelos autores, mostra a importância do assistente social no processo de atendimento às mulheres vítimas de violência conjugal, incluindo-se estratégias para o enfrentamento e intervenções para a problemática. Ficou evidente a articulação dos diferentes setores na rede de apoio as vítimas, como também, a necessidade de mais assistentes sociais para atenderem a demanda do centro de atendimento estudado, o NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família.

Na descrição da citação anterior, a intenção e norteamento impulsionado nas dimensões da profissão, em especial, está representada na dimensão teórico-metodológica e na técnico-operativa.

Sobre essa ultima dimensão destaca-se que se incluem os procedimentos e instrumentos usados pelo assistente social, a fim de operacionalizar seu trabalho. Segundo Santos et al. (2012), os procedimentos se referem às ações profissionais, como por exemplo: orientações, encaminhamentos, avaliações, estudo e planejamento, dentre outras, que são desenvolvidas através e um serviço prestado pela instituição que pode ter variadas formas. Dessa forma, para que o assistente social desenvolva essas ações, utiliza-se de ferramentas, que são os instrumentos e técnicas, como a observação, a abordagem individual e coletiva, a entrevista, os grupos e reuniões, a visita domiciliar, dentre outros.

Por fim, no ultimo artigo, Santos (2016) traz uma análise que buscou compreender a relevância da atuação profissional nos atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica no Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Unidade Vila Mimosa (CAM-DPESP).

Sua análise descreve a percepção profissional nos atendimentos realizados, os aportes teórico-metodológicos adotados, as articulações promovidas junto às políticas públicas do município de Campinas/SP e seus desafios.

Os resultados demonstraram a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico específico quanto às questões históricas e culturais da violência e questão de gênero, para assim melhor enfrentá-la, sobretudo, favorecendo no enfrentamento, encaminhamento e uso da rede de apoio a mulher vítima de violência (SANTOS, 2016).

As dimensões aparecem, portanto, na sugestão de superação da violência como também dos desafios. Entre os resultados alcançados a autora destaca: necessidade de identificar e trabalhar aspectos históricos e culturais desta violência, sendo estes fundamentais para a construção da identidade dos sujeitos. Aponta ainda, que entre os diferentes meios de superação da violência doméstica encontra-se a: articulação com as políticas públicas e a rede de proteção à mulher, possibilitando maiores chances de romper com tal violação (SANTOS, 2016).

Nesse apontamento, percebe-se a presença das dimensões técnico-operativas e ético-política. O que pode ser melhor observado nas considerações finais da autora:

O Serviço Social se insere na sociedade como forma de reafirmar um compromisso com a sociedade, respalda-se em um Projeto ético-político pela garantia de direitos, liberdade e autonomia dos indivíduos, contra toda forma de opressão, discriminação, injustiças, e a favor da igualdade e universalização de direitos. É a partir de tais pressupostos que por meio desta pesquisa analisei o papel do/a Assistente Social na DPESP e as percepções profissionais no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, uma vez que a violência está intrinsecamente ligada às formas de reprodução das relações sociais, objeto de pesquisa constante pela categoria, pois além de ser uma questão estrutural na sociedade, abarca o contexto histórico-social do Brasil, desde sua colonização ao seu desenvolvimento político-econômico (SANTOS, 2016, p. 1).

Nesse sentido, percebe-se a partir dos artigos destacados que os atendimentos à mulher vítima de violência doméstica, ainda encontram-se em evolução, mesmo com os avanços nas legislações e criação de políticas públicas e programas de enfrentamento. Pois a falta de capacitação contínua dos profissionais, para um atendimento humanitário, significativo e não fragmentado, é um dos maiores desafios enfrentados pelos assistentes sociais no cotidiano profissional.

Nas descrições dos procedimentos ou da necessidade destes de maneira mais interventiva, revela a clareza do assistente social diante da necessidade de articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, o que implica diretamente na atuação desse profissional.

Salienta-se que o trabalho multiprofissional foi demonstrado como muito importante, sendo necessário uma melhor articulação e preparo/qualificação dos setores envolvidos, para que as estratégias de intervenção e enfrentamento da violência doméstica contra a mulher na sociedade contemporânea sejam realmente efetivadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade contemporânea com suas complexidades encontra-se uma violência doméstica contra a mulher que só tem evoluído e aumentado os índices no Brasil e no mundo. Mesmo com todas as políticas públicas de enfrentamento, legislações e estratégias dos diferentes setores para o seu enfrentamento.

A compreensão a cerca dos desafios dos profissionais que trabalham nesse processo é fundamental, para que cada vez mais, sejam estudadas e melhoradas as dimensões e a prestação de serviços de proteção e enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, como também, a ampliação e fortalecimento da rede socioassistencial ou ainda, dos programas de proteção social à mulher.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi atingido, pois, foram analisadas intervenções profissionais dos Assistentes sociais junto às mulheres em situação de violência doméstica e familiar evidenciadas nos artigos científicos publicados em revistas da área nos últimos três anos.

Na contribuição para essa análise, seguiu-se na concretização dos objetivos específicos, assim, foram descritos aspectos históricos da violência contra a mulher no Brasil, apontando particularidades da legislação e políticas públicas relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Também, foram apontados cinco artigos científicos publicados nos últimos três anos, com descrições das intervenções profissionais dos Assistentes Sociais, de onde se analisaram as intervenções profissionais sob as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa presentes nos artigos.

A metodologia da pesquisa bibliográfica e suas técnicas de análise de dados, favoreceram no processo, organização e interpretação dos dados, para melhor apresenta-los em conformidades com os objetivos da pesquisa.

O Serviço Social enquanto profissão que constituiu-se e fortaleceu-se ao longo da evolução da sociedade, dispõem de um espaço socioocupacional muito rico e que se faz necessário contar com a intervenção profissional dessa categoria devido as demandas e índices alarmantes que refletem o fenômeno da violência contra a mulher.

A expansão desse espaço de atuação profissional na contemporaneidade, requer aprofundamento, qualificação/formação continuada para que o profissional do serviço social intervenha nas situações e atuem em consonância com um Código de

Ética não somente na questão da violência doméstica contra a mulher, mas para lidar de maneira concreta com todas as demandas que são impostas no cotidiano profissional.

Uma vez que, as dimensões que norteiam o trabalho do profissional do serviço social, estão vinculadas à defesa dos direitos sociais, à promoção da igualdade social e à justiça.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ALVAREZ, Sônia. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A., ed. **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. **IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social 29 a 31 de maio de 2013** – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi. p. 113-121. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

ALVES, Rubia. História e finalidade da Lei Maria da Penha. **Jusbrasil**, 2016. Disponível em: < <https://rubiaas.jusbrasil.com.br/artigos/335305720/historia-e-finalidade-da-lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ARAUJO, Daniela G.; TEIXEIRA, Tiago R. Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: alterações processuais. **Jus.com.br**, 2017. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/56472/violencia-domestica-e-a-lei-maria-da-penha-alteracoes-processuais>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Marco Antônio de. **A nova lei que coíbe a violência doméstica e familiar: um novo retrocesso jurídico.** Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 311-318, jul./dez. 2006.

BEHRING Elaine R; BOSCHETTI; Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BETTO, Frei. A marca do batom: Como o movimento feminista evoluiu no Brasil e no mundo. **ALAI, América Latina em Movimento**, 2001. Disponível em: <<https://www.alainet.org/active/1375&lang=es>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

BEZERRA Jr. A violência como degradação do poder e da agressividade. In: **Pensando a violência com Freud.** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, 2005.

BRASIL ESTADÃO. O ESTADO DE SÃO PAULO. (Jornal) **Brasil tem uma denúncia de violência contra a mulher a cada 7 minutos. 07 de março de 2016.** Disponível em: < <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-1-denuncia-de-violencia-contra-a-mulher-a-cada-7-minutos,10000019981>>. Acesso em: 13 març. 2018.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Teen. **Violência Contra a Mulher**, 2012. Disponível em: <<https://teen.ibge.gov.br/noticias-teen/2822-violencia-contra-mulher>>. Acesso em: 13 març. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.340/2006. **Lei Maria da Penha**: a luta fazendo a lei. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei do Feminicídio**, Lei 13.104/15. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 08 ago. 2018.

CARDOSO, P. F. G. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. São Paulo: Papel Social, 2013.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, M. **Serviço social**: uma profissão de mulheres para mulheres-uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. Recife –PE, 2004.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

DELLAGNELO, E. H. L., & SILVA, R. C. Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In M. M. F. Vieira & D. M. Zovain (Orgs.), **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática (pp. 97-118). São Paulo: FGV, 2005.

ELUF, L. N. **A paixão no banco dos réus**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FEDERICI, Jéssica F. Gênero, feminismo e serviço social: relações possíveis. **II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, III Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais, II Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**. Londrina PR, de 04 a 07 de Julho de 2017. Disponível em: <<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/134144.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

FERNANDEZ A. Femicídios: la ferocidad del patriarcado. **Revista Nomadias** 2012, p. 47-73.

FERREIRA, Claudia. BONAN, Claudia. **Mulheres e Movimentos**. Disponível em: <http://www.mulheresemovimentos.com.br/p_livro_infos03.html>. Acesso em: 15 mai. 2018.

FORTI, V. **Ética, crime e loucura**: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FORTI, V; GUERRA, Y. (org.). **Projeto ético-político do Serviço Social**: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Dados sobre a violência contra a mulher no Brasil e no mundo**. Mar. 2007. Disponível em: www.cfemea.org.br. Acesso em: 11 abr. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GONÇALVES, A. P. S.; LIMA, F. R. de. A lesão corporal na violência doméstica: nova construção jurídica. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 1169, 13 set. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8912>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

GROSSI, Patrícia K. Desafios do atendimento à mulher em situação de violência no âmbito dos CREAS. **Seminário Nacional de Serviço Social**. Trabalho e Política Social. UFSC, Outubro de 2015. Disponível em: <http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_229.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2018.

GUERRA, Y. A “Virada” do Serviço Social. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 8, n.12, 2009.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**. nº. 17/18, p 139-156. 2001/02.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INÁCIO, Elisângela de O. Gênero e violência contra a mulher: um estudo à luz das Assistentes Sociais que atuam em um Centro de Referência da Mulher. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/genero-e-violencia-contra-a-mulher-um-estudo-a-luz-das-assistentes-sociais-que-atuam-em-um-centro-de-referencia-da-mulher.pdf>> Acesso em: 06 nov. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LISBOA, Teresa K. **Políticas públicas com perspectiva de gênero – afirmando a igualdade e reconhecendo a diferença**. In: anais Fazendo gênero 9, diásporas, diversidades, deslocamentos. 2010.

MARCONDES FILHO, C. **Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira**. São Paulo Perspectiva. São Paulo, v.15 n.2, abr./jun. 2001. Disponível em www.scielo.br. Acesso em: 07 abr. 2018.

MENEGHEL, Stella N.; PORTELLA, Ana P. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2017. p. 3077-3087. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-3077.pdf>>. Acesso em: 08/08/2018.

MINAYO, M. C.de S. et al. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 16. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

MORAES, Carlos A. S. **O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional**. Serv. Soc. Soc. no.127 São Paulo Sept./Dec. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01016282016000300587&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 06 nov. 2018.

NETTO, J.P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Wagner. Tag Violência contra a mulher. **Diário de Pernambuco (blog)**, 2006. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?tag=violencia-contra-mulher&paged=2>>. Acesso em: març. 2018.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PARODI, Ana Cecília; GAMA, Rodrigues Gama. **Lei Maria da Penha, Comentários à Lei nº 11.340/2006**. São Paulo: Russel Editores, 2009.

PEREIRA-GOMES, Nadirlene et al. **Apoio social à mulher em situação de violência conjugal**. Rev. Salud pública, 2015, p. 823-835. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/rsap/2015.v17n6/823-835/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

PEREIRA, Sofia L. B. **As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: particularidades e unidade**. I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos. Londrina PR, de 09 a 12 de Junho de 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo4/oral/10_as_dimensoes_teorico....pdf> Acesso em: 06 nov. 2018.

RAICHELIS, R. **História do serviço social: Gênese do serviço social no Brasil**. In: Agenda do Assistente Social-Conselho Federal de Serviço Social – CFSS, 2006.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTIAGO, Rosilene A.; COELHO, Maria Thereza A. D. **A violência contra a mulher: antecedentes históricos**. Unifacs, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/313>>. 11 abr. 2018.

SANTOS, Camila V. A. **A atuação do serviço social na defensoria Pública do Estado de São Paulo – Unidade Vila Mimosa no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.** 1º Amostra de Talentos da Graduação, PUC-Campinas, 2016. Disponível em: <<https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/032-cchsa.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

SANTOS, Deildo J. dos; SILVA, Diego T. da. **Fundamentos históricos do Serviço Social Brasileiro** e o Projeto ético-político profissional: uma história em construção na Unigranrio. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/mrss/article/view/3021/1400>>. Acesso: 30 set. de 2018.

SILVA, Juscilene G. **Violência doméstica contra a mulher e serviço social:** espaço de atuação e intervenção profissional. Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.esedh.pr.gov.br/modules/inscrit_quest/uploads/8/23032016160341_AS_POSSIVEIS_INTERVENCOES_PROFISSIONAIS_NAS_QUESTOES_DA_VIOLENCIA_DOMESTICA_CONTRA_MULHER.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

SILVA, Anália B.; SILVA, Diego T. SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de. **O Serviço Social no Brasil:** das origens à renovação ou o “fim” do “início”.

SOARES, Nana. Em números: A violência contra a mulher brasileira. **Reflexões sobre gênero, violência e sociedade.** (Blog). 07/09/2017. Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-numeros-a-violencia-contra-a-mulher-brasileira/>> . Acesso em: 12/04/2018.

SOUZA, Maria D. P de.; ANDRADE, Alex. Gênero, feminismo, feminicídio e serviço social: um convite ao debate do assassinato de mulheres. Blog Olhar Social, 19 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://socialuern.blogspot.com/2016/02/genero-feminismo-femicidio-e-servico.html>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

VELOSO, Bruna B. **A violência contra a mulher no município de Rio das Ostras e a atuação da casa da mulher:** analisando percalços, limites e potencialidades. Universidade Federal Fluminense, Pólo Universitário de Rio das Ostras, Faculdade Federal de Rio das Ostras, Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, Curso de Graduação em Serviço Social. (Monografia), 2013.

VIEIRA, Elisabeth M.; HASSE, Mariana. **Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência.** Interface: Comunicação e Saúde, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S14142832017000100052&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 06 nov. 2018.

